

## **AGRICULTURA FAMILIAR: POSSIBILIDADES E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO; O CASO DE CHAPECÓ –SC.**

**Janete Webler Cancelier – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC**  
janetewc@bol.com.br

**Nazareno José De Campos – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC**  
nazareno@cfh.ufsc.br

**Valdecir Luiz Bertollo – Universidade Comunitária Regional de Chapecó – UNOCHAPECO**  
valdecir@unochapeco.edu.br

### **Resumo**

Este artigo se refere ao estudo da agricultura familiar do município de Chapecó/SC. Apresentará de forma sucinta as estratégias e alternativas desenvolvidas pelos produtores familiares. O município de Chapecó está localizado no oeste do Estado de Santa Catarina, sua economia gira em torno da agropecuária, apresenta alto crescimento populacional, 92% de sua população é urbana e 8% rural. A estrutura fundiária é caracterizada pela predominância das pequenas propriedades com até 50 há. Estão sediadas na cidade importantes empresas do setor alimentício como a SADIA e a AURORA. Com a reestruturação produtiva das empresas milhares de produtores familiares foram excluídos do processo de integração. Neste sentido, o artigo destaca a importância das novas atividades para a permanência e manutenção da propriedade familiar.

### **Introdução**

No decorrer do tempo a falta de financiamentos e projetos políticos que incentivem a produção familiar vem colocando em risco a permanência do agricultor familiar no campo. Sob esta ótica desenvolvemos este artigo, procurando demonstrar as estratégias que os produtores de Chapecó utilizam para desenvolver suas propriedades. Para aprofundar o estudo tomamos por base os fundamentos expostos por Lamarche, visto que este autor possui trabalhos relevantes sobre o estudo da Agricultura Familiar<sup>1</sup>.

Segundo Lamarche (1997), “A principal característica das unidades familiares é a sua diversidade e a excepcional capacidade de adaptação. As explorações familiares que se mantiveram são as que souberam, ou puderam, adaptar-se às exigências impostas por situações novas e diversas”.

Neste sentido, o artigo buscará compreender os processos que envolvem os produtores familiares no município de Chapecó/SC e as estratégias desenvolvidas para a manutenção da propriedade. Os objetivos centrais desde artigo estão em identificar as estratégias e possibilidades desenvolvidas pelos agricultores familiares do referido município. O interesse pelo estudo da agricultura familiar do

---

<sup>1</sup> LAMARCHE (1997) caracteriza as propriedades familiares como unidades de produção agrícola nas quais a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família. Para o Instituto CEPA/SC (2004) O termo Agricultor Familiar se refere aquele que explora parcela de terra na condição de proprietário, assentado, posseiro, arrendatário ou parceiro, e atende simultaneamente aos seguintes quesitos: utiliza o trabalho direto, seu e de sua família, podendo ter, em caráter complementar, até dois empregados permanentes e contar com a ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agropecuária o exigir; não detenha, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; tenha no mínimo 80% da renda familiar bruta anual originada da exploração agropecuária, pesqueira e/ou extrativista, resida na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo.

município de Chapecó ocorre pela área rural do município ser predominantemente caracterizada pela agricultura familiar e pelo fato de existirem projetos que incentivem a produção familiar.

Para alcançar tais objetivos foram realizadas entrevistas e levantamento de dados junto a Secretaria do Desenvolvimento econômico e da Agricultura de Chapecó e a agricultores Familiares.

### **Agricultura no Brasil: Algumas considerações**

Compreender a agricultura como um todo no Brasil não é tarefa fácil, nem nosso anseio. A heterogeneidade é característica relevante deste espaço, ocorrem diversas formas de produção (técnicas) e de organização agrícola.

Dentro do segmento da agricultura familiar também há uma diversidade de modelos de exploração. Lamarche (1977) em seus estudos observa que as “explorações familiares não podem estar compreendidas em um único modelo, em um mesmo lugar e em um mesmo modelo de funcionamento as explorações dividem-se em diferentes classes sociais segundo suas condições objetivas de produção, superfície, grau de mecanização, nível técnico, capacidade financeira etc”.

Apesar da heterogeneidade existente percebe-se que com o passar do tempo muitos problemas relacionados ao agricultor familiar persistem, continuando a oferecer obstáculos para o crescimento e desenvolvimento do segmento. São problemas econômicos, políticos, sociais e culturais que historicamente levam a formação econômica brasileira a beneficiar os grandes proprietários, relegando uma grande parcela de agricultores caracterizados pela base agrícola familiar a viver na estagnação e na miséria. Valendo-se desta hipótese, Elias (2003, p. 316) em seus estudos sobre a agricultura no Brasil constata que

[...] a economia brasileira vem passando por intensa reestruturação produtiva nas últimas décadas e estas transformações se refletiram na agropecuária, privilegiando áreas, produtos e segmentos sociais, acarretando profundos impactos sociais, territoriais e ambientais que culminaram na elevação da histórica concentração da propriedade da terra. O novo modelo de crescimento agropecuário baseia-se na incorporação da ciência, da tecnologia e da informação para aumentar a produção e a produtividade, culminando em memoráveis transformações econômicas e portanto, socioespaciais [...].

O processo de reestruturação produtiva ficou evidente no Brasil a partir dos anos sessenta com a modernização da agricultura pelos preceitos da Revolução Verde. A política de modernização agravou os problemas sociais existentes no campo brasileiro. Grande número de agricultores foi excluído (a maioria pequenos produtores) dos projetos políticos dos governos, por não apresentarem o perfil desejado. Ou seja, não possuíam grandes áreas de terra e pouca soma de capital o que dificultava a modernização. Outro fator relevante é que a maioria da produção da agricultura familiar se destinava ao mercado interno e não ao mercado externo que era de maior interesse do governo.

Por não apresentar garantias financeiras suficientes para ter acesso ao crédito os agricultores familiares foram deixados de lado, o bloqueio financeiro impossibilita seu desenvolvimento e

crescimento. Para Lamarche (1997) “a noção de bloqueio corresponde a uma situação que não permite ao chefe da exploração colocar em prática as estratégias para atingir o modelo ideal<sup>2</sup>”.

LAMARCHE (1998), ainda elege “o Estado como o principal agente que pode direcionar tanto a inclusão quanto à exclusão econômica e social de parcelas importantes da população camponesa”. Destaca que o campesinato brasileiro sempre esteve confrontado, sob diversas formas, ao latifúndio dominante, e o contingente de pequenos agricultores disseminados no país sempre procurou formas buscando assegurar e manter sua independência.

Neste sentido, fica evidenciado que o projeto de desenvolvimento rural adotado no Brasil não está voltado ao atendimento das necessidades do produtor familiar como um segmento a ser beneficiado com financiamentos e políticas de incentivo. A falta de investimentos e a dificuldade de acesso aos sistemas de crédito excluem grande parte da população rural caracterizada pela agricultura familiar. Reiterando estas afirmações Alves (2000, p. 22) destaca que

[...] A falta de empenho do governo brasileiro em fortalecer a agricultura familiar torna-se mais controversa ao considerar que a agricultura familiar constitui-se num dos principais instrumentos que poderiam ser utilizados para aliviar as tensões socioeconômicas do País. No campo o fortalecimento da agricultura familiar diminuiria as disparidades econômicas entre as classes produtoras e, nos centros urbanos, contribuiria para amenizar a problemática gerada pela ausência de postos de trabalho [...].

Cabe salientar que a partir dos anos noventa foram criados alguns mecanismos que tem por objetivo desenvolver e fortalecer a agricultura familiar. Um destes mecanismos é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/PRONAF. Pela primeira vez são criadas leis que beneficiam e reconhecem o agricultor familiar como um segmento diferenciado, que merece ser atendido pelo governo com financiamentos, assistência técnica e ter a possibilidade e condições de permanecer e sobreviver dentro da propriedade familiar.

Um dos entraves quanto ao PRONAF se dá pelo fato do programa não atender de forma satisfatória todos os produtores familiares, a burocracia e as exigências feitas excluem a maioria dos produtores dos recursos provindos do programa. Altmann (1997) evidencia que apesar do “Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar representar um avanço na política agrícola do governo federal, ainda está longe de atender as necessidades das pequenas explorações agrícolas familiares”.

Apesar das dificuldades expostas os agricultores familiares lutam para sobreviver e para manter a propriedade rural. Permanecem utilizando todas as possibilidades possíveis, as estratégias de reprodução são diversificadas e essenciais para a agricultura familiar. De acordo com Plein e Schneider (2003) “Os agricultores familiares sempre utilizaram estratégias como; as migrações, a busca por atividades não-agrícolas, inserção nas agroindústrias, reconversão produtiva, entre outras para assegurar sua sobrevivência”.

---

<sup>2</sup> Todo explorador projeta para o futuro uma determinada imagem de sua exploração; ele organiza suas estratégias e toma suas decisões segundo uma orientação que tende sempre, mais ou menos, em direção de uma situação esperada, Lamarche (1997), chama este modelo de referência para o futuro de “Modelo Ideal”.

Cabe salientar que historicamente o pequeno produtor utiliza estratégias para manter sua propriedade, implantando novos modelos e técnicas de produção. Modelos pensados para tornar a propriedade auto-sustentável, e que buscam novas formas de produzir e trabalhar a pequena propriedade. Neste sentido Lamarche (1997, p.205) evidencia que

[...] estratégias familiares são respostas dadas por cada família a fim de assegurar ao mesmo tempo a sua própria reprodução e a de sua exploração, o grande desafio dos agricultores brasileiros consiste em garantir um espaço aos filhos, um lugar de trabalho, sem que isso se torne técnica e economicamente inviável [...].

É essencial compreender que os agricultores familiares são levados a criar e recriar estratégias de sobrevivência frente à economia, explorando diversas possibilidades dentro de suas condições financeiras e que o município de Chapecó/SC também está inserido neste contexto, neste sentido o item posterior trará maiores informações sobre o município em evidência.

### **A Propriedade Familiar do Município de Chapecó – SC**

A área rural do município é constituída essencialmente por agricultores familiares com pouca quantidade de terra. Do total de 1837 estabelecimentos rurais, 92% do total são de caráter familiar, como pode ser observado na Tabela 1 (Prefeitura Municipal de Chapecó, 2003).

Tabela 1: Estrutura Fundiária do município de Chapecó – SC \*

Classificação dos estabelecimentos (Ha)	Propriedades	% da Área
Menos de 5	416	22,65
05 a 09	406	22,10
10 a 19	539	29,34
20 a 49	363	19,76
50 a 99	77	4,19
100 a 199	25	1,36
200 a 499	07	0,38
500 a 999	03	0,16
1000 a mais	01	0,04
TOTAL	1.837	100,00

Fonte: Prefeitura Municipal de Chapecó, 2003\*

A predominância de solos declivosos e pedregosos dificultou a estruturação de grandes propriedades, propiciando o desenvolvimento da agricultura familiar diversificada na região oeste catarinense (TESTA, 1996).

Câmara *et al* (2004) assinala que “a região foi palco de disputas, sua forma atual de ocupação ocorreu a partir de um processo de colonização que assentou colonos em sua maioria provenientes do Rio Grande do Sul”. A colonização era feita com base em 1 colônia de 10 alqueires, o que corresponde a 24,2 ha por família no início do século XX. Os solos em sua maioria são inclinados e pedregosos, porém com alta fertilidade natural. Alba (2002, p. 128, 129)

[...] caracteriza a região pela produção familiar, alicerçada nos recursos naturais, como solo, florestas e água. O solo e o clima, aliados às técnicas,

propiciam à região a competitividade na produção de feijão, milho, trigo e soja. A base econômica da região provém essencialmente da agropecuária. Por ser uma região essencialmente agrícola, o desenvolvimento do capitalismo no campo, levou Chapecó a redimensionar as estruturas produtivas, havendo a exclusão de milhares de agricultores do campo, que migraram para o núcleo sede do município e para outras localidades [...].

O êxodo rural existente na região foi intenso, de acordo com os dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Chapecó (2003) a população rural do município que correspondia a 68% da população total em 1960, decresce para 7.55% em 2003. Diversos fatores contribuíram para este processo como; o surgimento das agroindústrias a partir da década de 60, a reestruturação da produção e dos produtores e a tendência para a modernização agrícola. Grande número de agricultores não conseguiu se enquadrar dentro do novo modelo vigente, a pequena propriedade muitas vezes não fornecia retornos suficiente para investimentos em modernização, a carência de opções de renda levou muitos agricultores a se desfazer de suas propriedades, abandonando a atividade agropecuária.

Os agricultores familiares foram pressionados pelo Estado, pelas políticas, pelas agroindústrias. Muitos saíram da atividade agrícola pela falta de perspectivas de futuro e de crescimento. A nível nacional percebe-se que há uma lacuna entre o Estado e os agricultores familiares, o governo disponibiliza poucos financiamentos, faltam investimentos em novas propostas e alternativas que tornem viáveis a produção para os agricultores familiares, assim como incentivos não só econômicos mas também sociais e culturais, demonstrando a importância deste segmento para a sociedade e a economia do País.

No município de Chapecó/SC percebe-se que a partir dos anos 90 estão ocorrendo incentivos para a agricultura familiar. A Secretaria da Agricultura e Abastecimento do município desenvolve programas de açudagem, de produção de hortifrutigranjeiros e agroecológicos, de infraestrutura à propriedade rural e abastecimento de água, de melhoramento do solo, de agroturismo, de fruticultura, de melhoramento animal e de agroindústria familiar de pequeno porte. Estes projetos procuram fortalecer e desenvolver a agricultura familiar do município. No entanto, estes projetos não estão acessíveis a todos os agricultores, muitos problemas persistem e se estendem ao longo do tempo e sua resolução depende principalmente de questões políticas e estruturais.

Para Rua (2002), “as decisões pertinentes ao desenvolvimento de um dado local devem partir das aspirações da comunidade ou, pelo menos, leva-las em consideração”. Segundo ainda o mesmo autor o desenvolvimento local pode auxiliar na superação da crise que assola o mundo atual e que nos remete à contestação dos modelos de desenvolvimento até agora vigentes, profundamente marcados pelo econômico.

Em Chapecó os projetos para a agricultura familiar buscam o desenvolvimento local da região. A valorização do produtor familiar pela população local, por entidades públicas municipais, privadas e ONGs facilita a busca por estratégias viáveis para o fortalecimento da agricultura familiar. Mior (2005) destaca que “as estratégias dos agentes públicos, privados e ONGs buscam novas formas de inserção da agricultura familiar, mais ligada à diversificação e à busca de qualidade diferenciada dos produtos, visando o desenvolvimento territorial”.

Neste sentido, podemos mencionar que além das culturas tradicionais como o milho, feijão, soja, arroz, mandioca, trigo, os agricultores familiares passaram também a se dedicar a outras alternativas para implementar suas rendas como:

- **Agroturismo:** atividade desenvolvida por vinte e cinco agricultores familiares e se encontra em fase de expansão. O agroturismo está se tornando uma alternativa de renda complementar, além de contribuir para o aumento da auto-estima dos agricultores, pela melhoria do visual e do ambiente rural. É também uma estratégia para preservar a cultura e a tradição colonial (CÂMARA *et al* 2004).
- **Fruticultura:** com o cultivo de pêssegos, uvas, laranja. O programa foi instalado em 1998 já atendeu a 330 famílias. Segundo Câmara *et al* (2004) a conveniência da fruticultura para as pequenas propriedades familiares decorre do alto valor de produção por ha, com a laranja se tem no mínimo R\$ 4 mil/ha, uva até R\$ 20 mil/ha, pêssego até R\$ 15 mil/ha, enquanto que nas culturas tradicionais o agricultor conseguiria com o feijão R\$ 1mil/ha, milho R\$ 750/ha, soja R\$ 1.2 mil/ha. A questão do mercado não apresenta dificuldade, pois a maior parte das frutas consumidas em Chapecó provêm de produtores de fora da região e do estado. O autor destaca que as espécies mais promissoras para as condições do município são: laranja, bergamota, limão, uvas, caqui, figo, abacate, goiaba, maracujá, banana, abacaxi, mamão e pêssego.
- **Piscicultura,** em 2003 a produção foi de 233.700 Kg/ano, quanto à comercialização; 60% nas feiras agroecológicas, 20% mercado de São Paulo e 20% nas próprias propriedades com o processo de pesque e pague.
- **Apicultura:** está atividade se encontra em expansão no município. Em 2003 foram produzidas 11.300 Kg de mel.
- **Indústrias Rurais de pequeno porte.** neste tipo de atividade ocorre a agroindustrialização artesanal de vinhos, queijos, derivados de suínos, salames, panificados, cachaça, doces. O comércio dos produtos é realizados nas feiras coloniais e agroecológicas do município. Uma parte da produção também é destinada aos supermercados locais. Esta atividade tem se mostrado como uma importante fonte de renda para o produtor familiar. Para Mior (2005) o processamento de alimentos nas propriedades dos agricultores familiares passa a ser valorizado como importante estratégia de formação de renda para centenas de famílias rurais a partir dos anos 90.
- **Agroecologia:** também presente, os produtores agroecológicos cultivam verduras, legumes, grãos, frutas, criam peixes, aves, bovinos, produzem queijo, geléia etc.. A maioria da produção é comercializada nas feiras existentes no município.

Grande parte dos produtores familiares se dedica a mais de uma das atividades mencionadas acima em suas propriedades. A fruticultura, a apicultura e a agroecologia, geralmente são atividades realizadas em conjunto pelos produtores. Graziano Silva *et al.* (1997, p.14) em suas conclusões já salientava que;

[...] o processo de geração de “novas” atividades no meio rural brasileiro mostra pelo menos duas características comuns. A primeira refere-se ao fato de que elas se originaram de importações de outros Países, e a segunda se refere às atividades que antes não eram comerciais, isto é tinham apenas valores de uso e não valores de troca. Em ambos os casos o importante é que se criam novos espaços de reprodução do capital no meio rural brasileiro, muitas vezes revigorando regiões e/ou atividades tradicionais que se mostravam decadentes [...].

Constata-se que Chapecó está mais inserida na segunda opção. Muitas atividades que antigamente tinham somente valor de uso passaram a ter valor de troca, exemplos são as atividades que se referem ao agroturismo, a piscicultura e a fruticultura. Neste novo momento o agricultor familiar não se mantém somente produzindo produtos tradicionais, passou também a produzir hortaliças e frutas para garantir sua sobrevivência, estes produtos antigamente somente tinham valores de uso.

### **Uma Alternativa ao Pequeno Produtor. As Feiras Coloniais e a Agroecologia**

As feiras coloniais e agroecológicas do município de Chapecó são o resultado de trabalhos realizados em conjunto, o envolvimento do produtor familiar no processo foi relevante, visto que uma das metas do projeto das feiras é garantir a sobrevivência e permanência do agricultor no campo (RUFFATO 2005).

Câmara *et al* (2004), destaca que as feiras coloniais e agroecológicas iniciaram suas atividades no município de Chapecó em 1997, nesta fase havia somente oito feirantes e os produtos eram comercializados em uma única feira localizada no estacionamento do estádio Índio Condá. Esta primeira fase foi muito difícil para os agricultores, faltava-lhes infra-estrutura, a localização da feira não favorecia as vendas, não existiam incentivos públicos.

Em 1998 uma parceira do poder público local com os agricultores feirantes e com apoio da população urbana, inicia o processo de criação do espaço da feira no centro da cidade. Naquele momento a feira passa a contar com infra-estrutura adequada, isto é, cobertura, banheiros, bancas fixas, espaço cultural, são instaladas 26 bancas e mais de 60 famílias são beneficiadas, entre estas, as famílias que comercializavam no estacionamento do estádio Índio Condá.

Em 1999, surge a demanda nos bairros, as comunidades solicitam a implantação das feiras, surgindo os pontos de feira nos bairros: São Cristóvão, Bela Vista, Santo Antônio, Passo dos Fortes, Jardim América e UNOCHAPECO, estes pontos possuem de 8 a 10 bancas em cada ponto. Em 2000 as feiras tornam-se um espaço consolidado, havendo sete pontos de venda, beneficiando direta e indiretamente 247 famílias. Em 2002 é aberto novo ponto no centro da cidade, (feira centro II), contando com 24 bancas, neste ponto ocorre também à venda de artesanato e café colonial. Em 2003 e 2004 são abertos mais dois pontos um no bairro Jardim do Lago e outro no bairro Cristo Rei, com 8 bancas cada.

Existem de forma consolidada dez pontos de feira distribuídos pela cidade. São mais de 450 famílias de agricultores beneficiadas direta e indiretamente. Circulam por semana, nas feiras, cerca de 7.000 consumidores e o volume comercializado estimado de alguns itens em 2004 pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2: Volume comercializado em 2004

Produtos	Total comercializado [ton/mês]
Pães, biscoitos e massas	04
Hortaliças	90
Carne e derivados	10
Queijo	10
Mel	200 Kg

Fonte: Prefeitura Municipal de Chapecó, 2004.

De acordo com a Secretaria de Estado de Planejamento em 2002 o valor bruto da produção orgânica do município foi de R\$ 215.115,89 para as hortaliças e lavouras, R\$53.076,67 para as frutas e R\$ 14.700 para as conservas e geléias. Havendo um total de 174 produtores envolvidos no processo, sendo 151 agricultores envolvidos com hortaliças e lavouras e 17 com frutas. Em Chapecó os principais produtos das feiras são; hortaliças, leite, doces, geléias e sucos. Sendo a produção de hortaliças a mais acentuada.

O bom desempenho das feiras ocorre pelo suporte técnico que os agricultores possuem e pela parceria existente entre a prefeitura municipal, a EPAGRI, a APACO (Associação dos pequenos agricultores do Oeste de Santa Catarina), a Cooperfamiliar, a Associação dos Feirantes de Chapecó, a Associação dos Apicultores e a Associação dos Aquicultores. Neste sentido, Veiga (2001) já explicitava a importância das parcerias para diversificar as economias locais quando enunciava “o que falta é um arranjo institucional que ajude a diagnosticar os principais problemas rurais de suas respectivas micro-regiões, planejar ações de desenvolvimento integrado, e captar recursos necessários à sua execução”. De acordo ainda com o mesmo autor trata-se de encorajar os municípios a valorizar o território que compartilham, sendo que o governo federal e estadual deve estimular iniciativas que no futuro poderão ser auto-suficientes, mas que dificilmente surgirão, se não houver o empurrão inicial.

Os incentivos e investimentos realizados junto aos agricultores de Chapecó demonstram ser possível construir uma agricultura sustentável, com condições favoráveis para o pequeno produtor. Reiterando estas afirmações Altieri (1998) afirma que para serem eficazes as estratégias de desenvolvimento devem incorporar não somente dimensões tecnológicas, mas também questões sociais e econômicas. O autor enfatiza que somente políticas e ações baseadas em tal estratégia podem fazer frente aos fatores estruturais e socioeconômicos que determinam a crise agrícola-ambiental e a miséria rural que ainda existem no mundo em desenvolvimento.

### **Considerações Finais**

O trabalho de campo constatou que em Chapecó os produtores familiares estão encontrando alternativas para se manter no campo. Apesar da maioria das propriedades serem pequenas, em média 20 hectares, a diversificação da produção é prática existente na maioria das propriedades. O agricultor pratica diversas atividades em sua propriedade para manter a família e a propriedade, estas práticas estão possibilitando que o produtor adquira renda e acredite ser possível o desenvolvimento



a partir da pequena propriedade. A agroecologia também tem se mostrado uma alternativa viável economicamente, ambientalmente e socialmente para o pequeno produtor. As possibilidades de renda têm estabilizado o êxodo rural no município.

As feiras coloniais e agroecológicas fazem parte da realidade e da identidade do município de Chapecó. O crescimento das feiras, assim como seu sucesso nos leva a refletir sobre a importância do envolvimento e da parceria entre a sociedade e o poder público local para a resolução dos problemas que afligem o território do município. Neste sentido evidenciasse que políticas e estratégias são vitais para o desenvolvimento da agricultura familiar.

## **Referências**

ALBA, Rosa Salete. Espaço Urbano: os agentes da produção em Chapecó. Editora Argos, Chapecó, 2002.

ALTIERI, Miguel. Agroecologia. A dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre; Editora da Universidade de UFRGS, 1998.

ALTMANN, Rubens. A Agricultura familiar e os contratos: reflexões sobre os contratos de integração, a concentração da produção e a seleção de produtores. Florianópolis/SC. Editora Pallotti. 1997.

ALVES, Mauricio. A produção agrícola familiar e os agravantes sócio-ambientais no espaço rural – o caso do município de São Ludgero. Florianópolis. UFSC. 2000 (Dissertação de Mestrado).

CÂMARA, Alexandre Tadeu, MARTINELLI, Carlos José, NADAL, Raul de. Agregação de valores e novas perspectivas no campo. In: Chapecó uma cidade transformada (org) Andréia Aparecida Signori, Luciane Bosenbecker, Pedro Francisco Uczai. 2004. Prefeitura Municipal de Chapecó gestão 2001/2004.

ELIAS, Denise. A agricultura científica no Brasil: impactos territoriais e sociais. In Souza, Maria A. (org). Território brasileiro P. 315-340. 2003.

GRAZIANO SILVA, José da, BALSADI, Otávio Valentim, GROSSI, Mauro Eduardo Del. O emprego e a mercantilização do espaço agrário. São Paulo em Perspectiva, 11 (2) 1997.

ICEPA. (Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina) Perspectivas para a Agricultura Familiar: Horizonte 2010. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2004.

LAMARCHE, Hugues. A agricultura Familiar: Comparação Internacional II do mito à realidade: tradução: Frédéric Bazin. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

LAMARCHE, Hugues. A agricultura Familiar: Comparação Internacional I Uma realidade multiforme. Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. 2. edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

MARQUES, Marta Inez Medeiros, O conceito de espaço rural em questão. Editora: Terra Livre. São Paulo, Ano 18, n.19 jul/dez. 2002.

MIOR, Luiz Carlos. Agricultores Familiares, Agroindústrias e Redes de Desenvolvimento Rural. Editora ARGOS, Chapecó, 2005.

PLEIN, C. & SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e mercantilização. In: CASTILHO, M. L. & RAMOS, J. M. (editores). Agronegócio e desenvolvimento sustentável. Francisco Beltrão, 2003, p. 45-69.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ. Banco de dados, aspectos geográficos, econômicos, culturais e sociais do município de Chapecó. Chapecó 2003.

RUA, João. Urbanização em áreas rurais no Estado do Rio de Janeiro In: Estudos de Geografia fluminense. 2002 p. 43-69.

RUFFATO, Gilberto. Técnico em agropecuária. Funcionário da Secretária de Desenvolvimento Econômico e da Agricultura de Chapecó/SC. Junho de 2005 (Entrevista cedida a Janete W. Cancelier).

Secretaria da Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de desenvolvimento regional. Chapecó caracterização Regional, maio de 2003

TESTA, Vilson Marcos et al. O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense. Proposta para discussão. Florianópolis: Epagri, 1996.

VEIGA, José Eli da. O Brasil ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. Estudos Avançados 15 (43), 2001.